

Helenize Carlos de Macêdo

Graduada em Geografia, Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba
helen_ane@hotmail.com

Josandra Araújo Barreto de Melo

Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba
ajosandra@yahoo.com.br

Rogério Barbosa Bezerra

Licenciado no Setor de Técnicas Agropecuárias pela UFPB, tutor presencial da UFPB Virtual
rogeriobarbosaawra@gmail.com

Território, políticas públicas e desenvolvimento rural no município de Caturité, PB

Resumo

Devido às condições ambientais do território Semiárido, a pecuária tem se constituído em uma das principais atividades econômicas e desempenha papel importante no sistema econômico regional. O município de Caturité-PB caracteriza-se pela predominância da pecuária bovina como principal atividade produtiva. Porém, nos últimos anos, essa atividade vem sendo ameaçada, devido à infestação da Cochonilha do Carmim (*Dactylopius opuntiae*) nas plantações de palma (*Opuntia ficus indica* Mill), principal alimento forrageiro para os rebanhos bovino e caprino. Como consequências da devastação da palma, vem ocorrendo a desarticulação produtiva e processos de desterritorialização, com conseqüente perda de identidade. Nesse sentido, objetiva-se, neste trabalho, analisar as políticas públicas que vêm sendo estabelecidas no município de Caturité pelos principais órgãos Municipais, Estaduais e Federais, na busca de reverter a atual situação e promover o desenvolvimento rural, bem como compreender como os produtores percebem e recebem as ações desses órgãos. Utilizou-se como metodologia a pesquisa de referenciais teóricos, focando os conceitos de território rural, políticas públicas e desenvolvimento; houve também a aplicação de questionários nos órgãos públicos, bem como junto aos produtores de duas comunidades rurais pesquisadas (Serraria e Malhada da Panela) objetivando estabelecer o seu perfil socioeconômico. Os resultados revelaram a importância da agropecuária para o desenvolvimento local, assim como a degradação socioambiental causada pela Cochonilha do Carmim. Verificou-se também a implementação de novas cultivares de palma, resistentes à praga, como

possível encaminhamento para a minimização do problema, o que deverá ter uma resposta em médio prazo. Porém, constatou-se que as ações têm sido pontuais e não estão integradas em um projeto mais amplo de desenvolvimento, que venha a ser sustentável.

Palavras-chaves: Políticas públicas, Desenvolvimento rural, Atividade agropecuária.

Abstract

TERRITORY, PUBLIC POLICIES AND RURAL DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF CATURITÉ, PB

Due to the environmental conditions of the semiarid territory, livestock has constituted one of the main economic activities and plays an important role in regional economic system. The municipality of Caturité - PB is characterized by the predominance of cattle livestock as the main productive activity. In recent years, however, this is being threatened due to infestation of the Cochineal Carmine (*Dactylopius opuntiae*) in plantations of spineless cactus (*Opuntia ficus indica* Mill), primary forage food for bovine and goat herds. As consequences of the devastation of spineless cactus, there has been the productive processes of dispossession and dislocation, with consequent loss of identity. In this sense, the objective of this work was to analyze public policies that have been established in the municipality of Caturité the major organs Municipal, State and Federal, seeking to reverse the current situation and promote rural development, as well as producers realize and given the actions of these bodies. Was used as the research methodology of theoretical frameworks, focusing on the concepts of rural areas, public policy and development, there was also the questionnaires in government agencies as well as to farmers in two rural communities surveyed (Serraria and Malhada da Panela) aiming establish their socioeconomic profile. The results revealed the importance of agriculture for local development, as well as the environmental degradation caused by Cochineal carmine. There was also the implementation of new cactus cultivars resistant to pests as a possible referral to the minimization problem, which should have an answer in the medium term. However, it was found that the actions have been ad hoc and are not integrated into a broader development project that will be sustainable.

Key-words: Public Policies, Rural Development, Livestock activity.

1. Introdução

No âmbito da ciência geográfica existem diversas acepções em relação ao conceito de território, resultantes da evolução epistemológica que a ciência tem passado no decorrer dos anos e que é, sobretudo, testemunha da transformação do mundo e das mudanças nas formas de compreendê-lo.

Tais diferenças ocorrem devido às concepções teórico-metodológicas dos autores e se distinguem pela ênfase, que varia entre os aspectos políticos e/ou de poder, econômicos e simbólicos e/ou culturais (MELO, 2010, p. 221).

Corrêa (2000, p.18), discorrendo sobre o espaço no contexto da Geografia tradicional, apresenta uma das primeiras acepções de território elaborada por Ratzel, fundamentada na Ecologia. Para Ratzel, o território é a apropriação do espaço por um determinado grupo. Outro conceito também desenvolvido por este autor foi o de espaço vital, que seria a necessidade de uma determinada sociedade em se apropriar do espaço, em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais disponíveis.

A partir dessas noções, é possível notar a perspectiva política que o espaço passou a ter, sendo esse transformado em território, um conceito-chave da Geografia. Tal perspectiva também é adotada por Raffestin (1993, p. 60), que, em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, aborda as relações de poder, sem as quais não existiria o território, e defende que este “é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”.

Santos (2007, p. 14) define o território não apenas enquanto conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas, devendo ser entendido como “território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade”. Esta seria o sentimento de pertencer ao que nos pertence. O autor afirma ainda que o território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Nessa concepção, percebe-se que o território é tratado, também, numa perspectiva simbólica.

Em uma abordagem também simbólica Haesbaert (2005, p. 6774) afirma que “território [...], em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Ou seja, o território é um “*continuum*” entre a abordagem tradicional, enquanto poder político, e a apropriação subjetiva ou simbólica.

De acordo com Melo (2010, p. 222), há uma riqueza no conceito em pauta, visto que o território pode ser compreendido enquanto relações sociais projetadas no espaço, que podem formar-se ou dissolver-se,

constituir-se ou dissipar-se, de forma relativamente rápida. Assim, diante das diversas abordagens existentes sobre o território, se faz necessário entender como os diversos atores sociais vêm utilizando-o para realizar suas territorialidades (políticas públicas, ações concretas sobre o espaço), bem como compreender as dinâmicas estabelecidas, para que se possa conhecer as relações sociedade-natureza que se dão nestes espaços.

Um exemplo de território que sofre constante interferência das políticas públicas é o Semiárido brasileiro. De acordo com Ab'Saber (1999, p. 8), essa é uma região sob intervenção, na qual o poder público define projetos e incentivos econômicos de alcance desigual, mediante programas incompletos e desintegrados de desenvolvimento regional.

Na década de 1960, o governo do então Presidente Juscelino Kubitschek criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que inicialmente elaborou um relatório mostrando dados sobre a economia local e apresentando uma proposta que buscava transformar a realidade, através da intensificação dos investimentos no setor industrial e do estímulo à produção de alimentos, através de políticas públicas. Logo após a criação do GTDN, outro órgão foi criado: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a função de desenvolver a região.

De acordo com Andrade (1981), em relação à questão fundiária, a SUDENE, com base nas metas do GTDN, apresentava uma proposta de reorganização do Semiárido visando a implantar uma agricultura mais adaptada às “condições naturais”; uma política de reformulação fundiária da zona úmida oriental, na qual os proprietários rurais cederiam terras para a formação de propriedades destinadas à produção de alimentos e à colonização das fronteiras de expansão agrícola no noroeste do Maranhão. Ainda segundo Andrade (1981, p. 19), essa política agrária pouco modificou as condições locais, já que a “reforma agrária consentida” não passou de uma farsa, implicando em seu retardamento. Além disso, o projeto baseava-se apenas no desenvolvimento industrial e na implantação das obras de infraestrutura e não em uma atuação direta no meio rural.

Sobre a questão agrária, Araújo (2000, p. 201) aponta que a potencial industrialização não resolveu os problemas sociais da região Nordeste.

Embora o dinamismo industrial regional venha crescendo nas últimas décadas, há problemas graves que ainda precisam ser solucionados, como os baixos níveis de vida, a concentração de renda e as disparidades intra-regionais; para Araújo (2000), sua “resolução” passa pelo equacionamento da questão agrária.

Nesse sentido, percebe-se que as políticas públicas para o desenvolvimento do Semiárido pouco alcançaram seus objetivos, sendo pontuais, não priorizando a convivência com a região e enfatizando o combate às secas, tornando-se ineficazes para solucionar a problemática vivida na região.

Outra questão é o tipo de desenvolvimento pensado para este território, que se deteve em uma abordagem econômica, em detrimento de outros aspectos importantes. Prevaleceu o viés econômico do desenvolvimento, esquecendo-se de outros aspectos importantes, como os socioambientais, que não deveriam ser negligenciados. Assim, se faz necessária a implementação de políticas públicas que visem ao desenvolvimento sustentável, ou seja, pautadas nos pilares social, econômico e ambiental, para que se possa obter resultados positivos nos territórios onde as políticas são estabelecidas.

Pelo exposto, constata-se a importância da análise territorial para explicar as dinâmicas de desenvolvimento, tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder operantes (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 2). Esses pressupostos vêm embasando a análise das comunidades Serraria e Malhada da Panela, município de Caturité (PB), afetadas pela desarticulação produtiva causada pela infestação da Cochonilha do Carmim (*Dactylopius opuntiae*) nas plantações de palma (*Opuntia ficus indica* Mill), buscando compreender a dinâmica socioterritorial estabelecida a partir da problemática vivenciada.

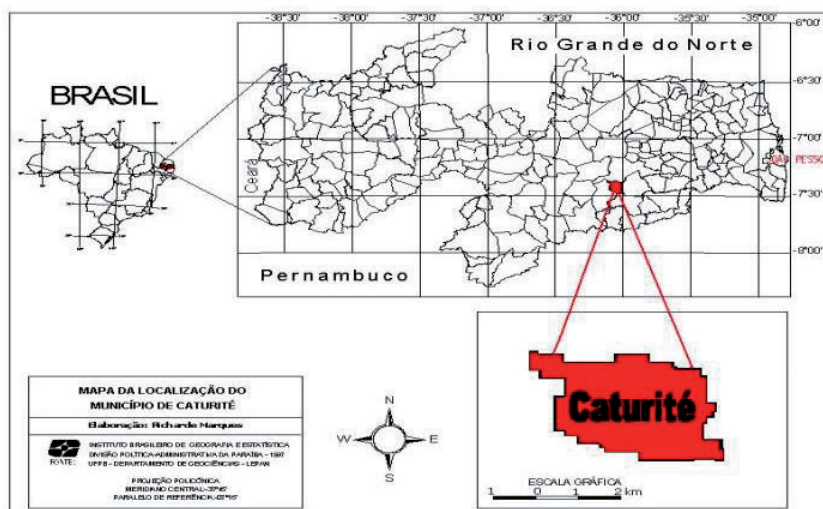
De acordo com Campos (2011), a análise do território é uma possibilidade para avaliação das condições de vida da população. Dessa forma, objetiva-se neste trabalho analisar as políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas no município de Caturité (PB) pelos principais órgãos Municipais, Estaduais e Federais, na busca de reverter a atual situação no município e promover o desenvolvimento rural. Além disso, buscou-se verificar como os produtores percebem e recebem as ações desses órgãos.

2. Políticas públicas e desenvolvimento rural em Caturité-PB

2.1 Caracterização do Município de Caturité-PB

O município de Caturité (PB) localiza-se na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Oriental Paraibano, distante cerca de 160 km da capital do Estado, João Pessoa, e 30 km de Campina Grande, conforme Figura 1.

Figura 1
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CATURITÉ (PB)



Fonte: Rêgo (2009).

De acordo com dados do IBGE (2010), o município se estende por cerca de 118 km², conta com uma população de 4.543 habitantes, dos quais 3.520 residem na zona rural (77,5%) e 1023 na zona urbana (22,5%). Através da análise dos dados, pode-se perceber que a população do município é predominantemente rural.

Em relação à estrutura fundiária verifica-se que o Município de Caturité encontra-se em uma região de grande concentração de terras, como se pode constatar nos dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com base no Censo Agropecuário do IBGE (2006): no Cariri

Oriental 31,9% dos estabelecimentos ocupam uma área equivalente a 1,4% do território, já os imóveis com mais de 200 ha representam 10,1% dos estabelecimentos, concentrando assim 68,2% da área total do território (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Caturité caracteriza-se pela atividade pecuária, possuindo 6.480 cabeças de bovinos, com produção de leite em torno de 3,7 milhões de litros, de acordo com dados do IBGE (2011). Essa produção de leite é bastante expressiva, por se tratar de um município pequeno e, se comparado a outros municípios paraibanos, é possível verificar a importância que a atividade pecuária desempenha na conjuntura local.

Essa elevada produtividade se explica, como revelam Abreu et al. (2008, p. 81), pelo dinamismo econômico da região de Caturité, advindo, sobretudo, da presença de uma importante bacia leiteira, formada pelos municípios de Caturité, parte dos municípios de Barra de Santana e Boqueirão e, de forma marginal, pela parte nordeste do município de Cabaceiras.

Porém, nos últimos anos, a atividade pecuária vem sendo desarticulada devido à infestação da Cochonilha do Carmim (*Dactylopius opuntiae*) nas plantações de palma (*Opuntia ficus indica* Mill), principal alimento forrageiro dos animais. No Semiárido brasileiro, a palma tem se consolidado como forragem estratégica para os animais, como afirma Leite (2006, p.3):

a palma se consolidou no Semiárido nordestino como ferramenta estratégica nos diversos sistemas de produção pecuários, no entanto, é uma planta de enorme potencial produtivo, podendo ser utilizada na alimentação humana, na produção de medicamentos, cosméticos [...] além de uma infinidade de usos.

Assim, verifica-se o quanto a palma é importante para os pecuaristas da região, podendo ser utilizada para vários fins, sobretudo na alimentação animal nos períodos de seca.

2.2 Ações dos órgãos públicos

Diante da desarticulação da produção, as políticas públicas, instituídas como solução para amenizar os efeitos da Cochonilha do Carmim nas plantações de palma e reestruturar a economia local, têm se constituído na distribuição junto aos produtores de espécies resistentes à Cochonilha do Carmim e divulgação dessas novas espécies.

Nesse plano de ação, destacam-se as seguintes instituições: no plano federal, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA); no plano estadual, a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER); e, no plano municipal, a Secretaria de Agricultura. O governo estadual distribuiu mudas resistentes nas áreas mais afetadas em Marí (1500 raquetes¹), no início da infestação no município, em 2008 (SECRETARIA DE AGRICULTURA, 2013). Foi organizado o Gabinete da Palma, organização da sociedade civil, para fomentar a implantação das espécies resistentes. Já o INSA instalou em 2012 um campo de pesquisa experimental na comunidade de Campos de Emas, em Caturité (PB), com o objetivo de estudar a adaptação das espécies resistentes plantadas (palma doce ou miúda - *Nopalea Cochellinifera* Salm-Dych; orelha de elefante africana ou mexicana e a palma baiana – dos gêneros *Opuntia*) e distribuir as raquetes produzidas no campo aos produtores rurais do município (INSA, 2013). Na figura 2, campo de experimento do INSA, observa-se as ações dos órgãos públicos.

Figura 2

CAMPO DE EXPERIMENTO DO INSA EM CAMPOS DE EMAS, CATURITÉ – PB



Fonte: Helenize C. de Macêdo, pesquisa direta, 8 de Janeiro de 2013.

Porém, essa distribuição ainda não contemplou todos os produtores. Soma-se a isso, a ineficiência das políticas públicas, como a assistência técnica no município, que não tem sido eficaz no sentido de capacitar os produtores no plantio das espécies resistentes, assim como a falta de um plano de desenvolvimento sustentável, atreladas às vulnerabilidades socioeconômicas dos produtores, que podem ser consideradas como um entrave à reestruturação produtiva local. Através da análise dos dados dos questionários e entrevistas aplicados aos produtores das comunidades de Malhada da Panela e Serraria, foi possível constatar essas dificuldades.

2.3 Do planejamento à implementação: estudo de caso junto aos produtores

De acordo com os dados obtidos através de questionários e entrevistas, as duas comunidades estudadas, Serraria e Malhada da Panela, apresentaram-se vulneráveis em vários aspectos (econômico, social, educacional) e a infestação da praga contribuiu para agravar essas vulnerabilidades, devido à desarticulação produtiva, haja vista os pequenos produtores não possuírem recursos financeiros e técnicos para lidar com a situação, como pode ser observado pelo tamanho das propriedades, cujos dados estão dispostos nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1

TAMANHO DAS PROPRIEDADES PESQUISADAS EM MALHADA DA PANELA, CATURITÉ-PB

Tamanho das Propriedades Pesquisadas em Malhada da Panela	Amostra Pesquisada (27% dos produtores da comunidade)	Porcentagem
Menores do que 10 ha	3	50,0%
Entre 11 e 20 ha	1	16,7%
Entre 21 e 30 ha	1	16,6%
Entre 51 e 100 ha	1	16,7%
Total	6	100%

Fonte: Dados obtidos através de questionários aplicados aos produtores rurais.

Através da tabela 1, é possível constatar que a quase totalidade dos entrevistados constituem-se de pequenos produtores. Acrescente-se a isso

o fato de que 83,3% dos produtores pesquisados possuem renda anual advinda da propriedade menor que 15 salários mínimos. Em relação à escolaridade verificou-se que 83,3% estudaram até o quinto ano do ensino fundamental e 17,7% concluíram esse nível de ensino.

Na comunidade de Serraria, os dados sobre o perfil socioeconômico da população foram semelhantes. Na tabela 2 são apresentados os dados relativos ao tamanho das propriedades pesquisadas em Serraria.

Tabela 2
TAMANHO DAS PROPRIEDADES PESQUISADAS EM SERRARIA, CATURITÉ-PB

Tamanho das Propriedades Pesquisadas em Serraria	Amostra Pesquisada (10% dos produtores da comunidade)	Porcentagem
Menores do que 10 ha	23	70%
Entre 11 e 20 ha	2	6%
Entre 21 e 30 ha	5	15%
Entre 31 e 50 ha	3	9%
Total	33	100%

Fonte: dados obtidos através de questionários aplicados aos produtores rurais.

Observou-se que 70% dos entrevistados possuíam propriedades menores que 10 ha, ou seja, são pequenos produtores. Além disso, todos os produtores afirmaram que a renda obtida da propriedade é menor do que 15 salários mínimos anuais. Em relação à escolaridade, 48,3% cursaram até o quinto ano do ensino fundamental, 9% cursaram o ensino médio completo, 30,7% não possuíam escolaridade, 6% têm curso superior completo e 6% pós-graduação.

No quesito assistência técnica, 100% dos produtores da comunidade de Malhada da Panela afirmaram não ter recebido nenhuma orientação ou nenhum auxílio dos órgãos públicos para solucionarem os problemas vivenciados. A distribuição de mudas por parte dos órgãos públicos ainda não chegou à comunidade, sendo que os proprietários compraram as raquetes de palma ou as receberam através de associação de produtores de leite. Em Serraria, 54,5% dos entrevistados afirmaram não ter recebido

assistência por parte dos órgãos públicos, enquanto os restantes 45,5% revelaram não receber assistência frequente.

Através dos questionários e entrevistas aplicados aos produtores foi possível verificar como estes recebem as políticas desenvolvidas pelos órgãos públicos, constatando-se que os produtores estão plantando as espécies resistentes à praga, porém, alguns ainda estão resistentes em adquiri-las, não só pelas dificuldades financeiras, mas também por não acreditarem na produtividade dessas espécies. Isso se deve a uma questão cultural da comunidade, que há muito tempo cultiva a palma gigante, tradicional entre os produtores, como também a outros fatores (educacionais, assistência técnica, período de estiagem prolongado etc.).

Na comunidade de Serraria, 54,5% dos produtores ainda não adquiriram as espécies resistentes, por diversos motivos, a exemplo de não acreditarem na produtividade das mesmas (39,3%), não estarem mais criando animais (18,1%), não terem condições financeiras para adquirir as raquetes (24,5%) ou estarem fornecendo aos animais outros tipos de alimentos (18,1%), conforme é possível perceber nas falas dos entrevistados²:

Produtor D: “Não plantei da palma resistente, produz pouco. Não tenho fé na nova modalidade, isso é palma para alimentar bode”.

Produtor E: “Essa palma não produz muito se comparada à palma gigante. É adaptada, porém, produz menos”.

Produtor F: “Não foi plantada da espécie resistente, pois a mesma não rende”.

Na comunidade de Malhada, a situação não é diferente: quando questionados em relação à opinião sobre as novas espécies 100% dos produtores afirmaram que as mesmas (palma doce ou miúda - *Nopalea Cochellinifera* Salm-Dych; orelha de elefante africana ou mexicana e a palma baiana - do gênero *Opuntia*), na região, são menos produtivas se comparadas à palma “gigante” (*Opuntia ficus indica* Mill), tradicional entre os produtores.

Assim, considera-se que a distribuição de espécies de palma resistentes à Cochonilha do Carmim é importante para o desenvolvimento rural local, porém se faz necessário a execução de um plano de desenvolvimento sustentável, ou seja, como mostra Leff (2002), um projeto social e político, voltado para o ordenamento ecológico, com a descentralização territorial

da produção, diversificando os tipos de desenvolvimento e levando-se em consideração o modo de vida das populações.

Há, portanto, que se pensar em medidas educativas e sociais, não só econômicas, pois o desenvolvimento econômico nem sempre reflete uma melhor qualidade de vida para todos. Dutra Neto e Benedicto (S/D), estudando o desenvolvimento rural no município de Barra do Choça, no estado da Bahia, verificaram que, a partir de políticas para o desenvolvimento da agricultura, promoveu-se grandes mudanças no município, diminuição do desemprego, da pobreza e melhor infraestrutura básica; porém, os autores ressaltam que os pequenos produtores vêm se inserindo nesse modelo modestamente e que a zona rural necessita de serviços básicos para alcançar o patamar mínimo de qualidade de vida das comunidades.

Nesse sentido, Veiga (2001, p. 57) aponta a importância que os órgãos municipais podem ter no desenvolvimento local, ressaltando que o desempenho socioeconômico de um município depende das qualificações individuais do prefeito, que, através de suas ações, pode atrair investimentos públicos e privados para o município. Porém, destaca que esse papel crucial do prefeito não vai muito além se estiver isolado, sendo importante a articulação microrregional dos municípios rurais, incluindo o município que mais os influencia, possibilitando diagnóstico, planejamento, divisão do trabalho e capacidade operacional.

Pereira e Silva (2009, p. 10), analisando as políticas públicas e o desenvolvimento rural no município de São Thomé das Letras, em Minas Gerais, verificaram a dificuldade da prefeitura em promover o desenvolvimento rural, devido à falta de percepção do rural como um ambiente que pode ser próspero, além disso, a falta de recursos e de pessoas capacitadas tem contribuído para essa dificuldade.

Assim, se faz necessário estabelecer no município de Caturité uma política de desenvolvimento rural sustentável, valorizando suas potencialidades sociais, econômicas e culturais. Esse plano de desenvolvimento deve ser articulado entre a prefeitura e as demais esferas de poder estadual e federal, visando a superar a precariedade social enfrentada pela população rural, como observado nas comunidades estudadas, e estabelecer uma melhor qualidade de vida para essas populações.

3. Considerações finais

A desarticulação produtiva no município de Caturité, provocada pela infestação da Cochonilha do Carmim nas plantações de palma, vem afetando os produtores rurais, principalmente os pequenos, vulneráveis em vários aspectos (sociais, educacionais, econômicos), que não possuem recursos suficientes para reverter a situação adversa.

Nas comunidades de Serraria e Malhada da Panela, verificaram-se as maiores dificuldades para enfrentamento da situação, sobretudo, por serem formadas, majoritariamente, por pequenos produtores, que não possuem recursos suficientes, além disso, outros fatores, como baixa escolaridade, falta de assistência técnica e políticas de desenvolvimento rural efetivas, contribuem para essas dificuldades.

As políticas públicas adotadas, no sentido de amenizar os efeitos da praga, foram a distribuição de raquetes de palma resistentes à Cochonilha do Carmim e orientação dos produtores para adquiri-las. Verificou-se que alguns produtores estão plantando as espécies resistentes, porém alguns têm renunciado a adquiri-las, pois acreditam que as mesmas não são tão produtivas como a palma gigante, tradicional na região.

Nesse sentido, compreende-se a importância de tais políticas, porém se faz necessário elaborar um plano de desenvolvimento rural sustentável, que valorize as potencialidades sociais, econômicas e culturais do município, visando à promoção da qualidade de vida das populações rurais.

Notas

¹ Raquete é a denominação dada pelos produtores às mudas de palma.

² Optou-se por não inserir os nomes dos produtores, devido a questões éticas, substituindo-os por letras do alfabeto.

Referências

ABREU, Bruno Soares et al. Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento regional - o exemplo da coapecal. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 3, set./dez. p. 72-84, 2008.

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados** {da} Universidade de São Paulo. Dossiê Nordeste seco. São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?** Recife: Guararapes, 1981.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revam, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Resumo executivo plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – ptdrs território do Cariri Oriental-PB.** 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio027.pdf>. Acessado em 10 de Fev. 2014.

CAMPOS, Eliane Christine Santos de. Território e gestão de políticas públicas: uma reflexão sob a perspectiva do Sistema Único de Saúde – SUS. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais...**São Luís, MA. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2011. (p.1-10).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.15-47.

DUTRA NETO, Claudionor; BENEDICTO, José Luiz Luzón. **Desenvolvimento rural: um estudo de caso no Estado da Bahia, Brasil.** Disponível em: <<http://www.ub.edu/medame/Claudionor%20Dutra-.pdf>>. Acessado em: 25 de Junho de 2013.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 1, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. (p. 6774-6792).

IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

_____. **Produção da Pecuária Municipal 2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LEITE, Maurício Luiz de Mello Vieira. **Palma Forrageira** (*Opuntia ficus indica* e *Nopalea cochenilifera*). In: Grupo de Pesquisa Lavoura Xerófila. Universidade Federal da Paraíba. 2006. Disponível em: <<http://www.cca.ufpb.br/lavouraxerofila/pdf/palma.pdf>>. Acessado em: 15 Junho de 2011.

MARIANI, Milton Augusto Paquotto; ARRUDA, Dyego de Oliveira. Território, territorialidades e desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER. **Anais...** Campo Grande, MS. 2010.

MELO, Josandra Araújo Barreto de. Ordenamento territorial e sustentabilidade: um diálogo possível? **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 33, n. 33, p. 220-229, 2010.

PEREIRA, Viviane Santos; SILVA, Andre Wagner Barata. Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso de São Thomé das Letras. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER. **Anais...** Campo Grande, MS. 2009 (p.1-15).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Atlas S. A., 1993.

RÊGO, Eduardo Ernesto do. **Cooperativismo e território**: questões sobre a COAPECAL em Caturité-PB. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, UFPB, João Pessoa, 2009.

SANTOS, José Antonio Lobo dos. O conceito de espaço rural e as políticas de governo no Brasil. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 7, ano VII, junho de 2011.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et. al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SDT/MDA. **Resumo executivo plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – ptdrs território do Cariri Oriental – PB**. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio027.pdf>. Acessado em 10 de Fev. 2014.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

Entrevistas

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CATURITÉ, PB. **Entrevista I** [Jan. 2013]. Entrevistadora: Helenize Carlos de Macêdo. Caturité, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **Entrevista I** [Jan. 2013]. Entrevistadora: Helenize Carlos de Macêdo. Campina Grande, 2013.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CATURITÉ. **Entrevista I** [Jan. 2013]. Entrevistadora: Helenize Carlos de Macêdo. Caturité, 2013.

PRODUTOR “D”. **Entrevista I** [Jan. 2013]. Entrevistadora: Helenize Carlos de Macêdo. Caturité, 2013.

PRODUTOR “E”. **Entrevista I** [Jan. 2013]. Entrevistadora: Helenize Carlos de Macêdo. Caturité, 2013.

PRODUTOR “F”. **Entrevista I** [Jan. 2013]. Entrevistadora: Helenize Carlos de Macêdo. Caturité, 2013.

Recebido em: 04/02/2014

Aceito em: 13/06/2014